



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO DO EXERCÍCIO DE 2018

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Natureza Jurídica da Entidade e Domicílio

Município:	Estado:		CNPJ:	
Nova Trento	Santa Catarina	Э	04.529.689/0001-05	
Endereço:		CEP:		Telefone
Rua: Nereu Ramos, 164 - 0	Centro	88.270-00	0	48 3267-3227
Lei de Criação		População:		
Lei Municipal nº 1671/2000)	14.312 Habitantes		
E-mail:		Endereço Eletrônico:		
ciprianimoises@gmail.com		www.novatrento.sc.gov.br		
Prefeito:		Vice-Prefeito:		
Gian Francesco Voltolini		Jailson Moacir Marchiori		
Diretor do Instituto - Gestor		Contador:		
Moisés Cipriani		Adérico Ed	lílio Dalri - Cl	RC/SC 015336/O-3
-				

Breve História do Município:

No período de 1834 e 1838, a região do Vale do Rio Tijucas foi ocupada por norte-americanos, com a intenção de explorar a madeira abundante do local.

A partir de 1875, começaram a chegar os primeiros grupos de imigrantes trentino-italianos, deixando para trás um período de crise, fome, miséria e desesperança, na qual a Europa passava. O momento coincidiu com a vontade governamental brasileira de povoar as terras localizadas ao sul. Aliciados pelas companhias de imigração, os imigrantes aportaram no Brasil com a promessa de encontrar uma terra "onde se plantando tudo dá", rios e riachos em abundância, moradia e trabalho remunerado.

Do porto de Itajaí, os imigrantes foram deslocados para regiões de mata virgem, sem boas condições de comunicação. Os primeiros imigrantes, cerca de 20 famílias originárias da Valsugana, no Alto Vale do Brenta, no Trentino e de Monza, se estabeleceram a 16 quilômetros da atual Nova Trento. Abriu-se uma picada na linha Pomerânica (por Brusque), até a linha Tirol, e nos lotes marginais foram estabelecendo as famílias. Ao invés de terrenos limpos, mata fechada, insetos, animais que desconheciam e os índios (os bugres), os primeiros habitantes desta localidade.

Em 1876, famílias inteiras estavam estabelecidas nas colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro. A emigração intensificou-se nos anos seguintes, inclusive com a vinda de alemães, poloneses e outros povos europeus. Até 1880, estima-se que 11 mil pessoas tenham sido instaladas na colônia.

Em 18 de março de 1881, o Decreto nº 8455 emancipou as colônias da região, inclusive aquela a que Nova Trento pertencia. Em dois de janeiro de 1884 foi criado o Distrito Policial de Nova Trento. Em quatro de abril de 1884, o Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, presidente da Província de Santa Catarina, sancionou a Lei nº 1074, criando a freguesia e o Distrito de Paz de Nova Trento.

Em oito de agosto de 1892, através da Lei Provincial promulgada pelo presidente da província, Tenente Joaquim Machado, Nova Trento tornou-se município. Em 21 de dezembro de 1892, foi





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

criado o Conselho Municipal para dirigir o município até as suas primeiras eleições, que ocorreram somente em 1894 com o voto indireto, elegendo Henrique Boiteux, primeiro prefeito.

Base Econômica do Município:

Turismo religioso para visita ao Santuário Santa Paulina;

Turismo rural para visita às belezas naturais;

Turismo gastronômico para saborear a culinária italiana;

Agronegócio, especialmente com a produção de uva, vinhos, sucos, queijos e embutidos;

Indústria moveleira, de calçados e tecidos.

Estrutura Organizacional:

- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento.
- 2. Conselho Fiscal

Números do Instituto de Previdência:

Componente	Números
Nº de Servidores ativos vinculados ao Instituto	320
Nº de Inativos e pensionistas beneficiários do Instituto	109
Valor do Ativo Financeiro em 31/12/2018	20.701.480,52
Valor do Passivo Financeiro em 31/12/2018	2.019,89

Ao **Instituto de Previdência - RPPS** do Município de Nova Trento, instituído pela Lei Municipal n° 1671/2000, compete:

- I Receber e administrar os recursos oriundos da amortização do déficit atuarial, compensação financeira com o RGPS, das contribuições previdenciárias patronais e das contribuições previdenciárias devidas pelos seus segurados;
- II Cuidar da aplicação financeira desses recursos de forma segura para obtenção de rendimentos;
- III Analisar os processos de concessão dos benefícios da aposentadoria e pensão;
- IV Encaminhar esses processos ao Tribunal de Contas para homologação;
- V Gerar mensalmente esses benefícios e efetuar o pagamento aos seus beneficiários;





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

- VI Realizar periodicamente o cálculo atuarial de forma a encaminhar medidas para preservação do equilíbrio financeiro e atuarial;
- VII Atender as exigências do Ministério da Previdência Social de forma a obter e preservar o Certificado de Regularidade Previdenciária;
- VIII Desenvolver outras atividades relacionadas ao bom desempenho do regime próprio de previdência do Município de Nova Trento.

1.2. Legislação observada pelo Instituto de Previdência.

No registro contábil da execução dos atos administrativos deve observar, basicamente, o disposto nas seguintes normas constitucionais e legais:

- 1. Constituição Federal do Brasil de 1988;
- 2. Lei (federal) nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal;
- 3. Lei Complementar (federal) nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- 4. Lei (federal) nº 8.666/93, que estatui normas para licitações e contratos:
 - 5. Lei (federal) nº 9717/1998;
 - 6. Lei Municipal nº 1671/2000;
 - 7. Portaria MPS nº 402/2008
- 8. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016, que aprovou a Parte I Procedimentos Contábeis Orçamentários da 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP;
- 9. Portaria STN nº 840/2016, que aprovou as Partes II Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III Procedimentos Contábeis Específicos, IV Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP.
- 10. Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, que instituiu a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

- 11. Portarias, Resoluções, Instruções Normativas e Decisões Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 12. Lei Municipal nº 2.656/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021;
- 13. Lei Municipal nº 2.660/2017, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018;
- 14. Lei Municipal nº 2.662/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2018.

A partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Administração Pública brasileira vem passando pelo importante processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, cujo marco foi a publicação da Portaria nº 184/2008 do Ministério da Fazenda.

Nessa direção, a STN e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina vem editando normas, manuais e instruções de procedimentos contábeis, em consonância com as orientações da *International Federation of Acconuntants – IFAC* e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicada ao setor público, para consolidação desse processo de convergência.

Apesar das dificuldades administrativas, o Município vem empreendendo um elevado esforço no sentido de realizar os procedimentos necessários à convergência às novas normas contábeis, observando, na medida do possível, os prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O esforço até agora empreendido, permitiu implementar procedimentos contábeis patrimoniais, ainda que necessite de aperfeiçoamentos, dos quais destacamos:

- 1. Reconhecimento contábil de obrigações com fornecedores em observância ao princípio da competência;
 - 2. Reconhecimento contábil das receitas sob o enfoque patrimonial;
- 3. Registro contábil da avaliação ao valor justo dos bens móveis, assim como registro da depreciação mensal, mas, dependendo ainda da avaliação dos bens imóveis para o devido registro contábil;
- 4. Reconhecimento contábil dos débitos da fazenda pública, apresentados através dos precatórios, bem como sua atualização;





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Alguns procedimentos ainda não foram, até a presenta data, concluídos, haja vista que dependem do trabalho de inventário, reconhecimento e mensuração, de ajustes ou integração de sistemas para que os dados sejam gerados com segurança para subsidiar o registro contábil, com destaque para os seguintes fatos:

- 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis pelo seu valor real e respectivas depreciações;
- 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência e decorrentes de benefícios empregatícios como: férias, 13º salário e licença prêmio;
- 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens depositados em almoxarifado.

1.3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

- 1. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que dispõem sobre aspectos contábeis específicos da gestão governamental;
- 2. Lei (federal) nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 3. Lei Complementar (federal) nº 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- 4. Lei (federal) 9717, de 27 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos;
- 5. Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social;
- 6. Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre as regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

- 7. Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016, que aprova a Parte I Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- 8. Portaria STN nº 840/2016, que aprovou as Partes II Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III Procedimentos Contábeis Específicos, IV Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP;
- 9. Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público são aquelas previstas na Lei (federal) nº 4.320/64 e listadas abaixo:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Abaixo registramos as notas explicativas com informações que julgamos relevantes para facilitar a compreensão dessas demonstrações contábeis:

2. NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS

2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita arrecadada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação em relação à previsão. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício em decorrência da abertura de créditos adicionais, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, denominada economia orçamentária.





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

2.1.1. Execução do Orçamento da Receita: O quadro abaixo mostra de forma resumida o resultado da execução do orçamento da receita no exercício de 2018 da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores:

Receita Orçamentária	Prevista	Arrecadada	Saldo
Receitas Correntes	5.329.000,00	5.564.669,12	235.669,12
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total	5.329.000,00	5.564.669,12	235.669,12

Como se pode observar, a meta de arrecadação para o exercício de 2018 foi alcançada, excedendo em R\$ 235.669,12 ao valor previsto.

2.1.2. Execução do Orçamento da Despesa: O quadro abaixo mostra de forma resumida o resultado da execução do orçamento da despesa no exercício de 2018:

Despesa Orçamentária	Fixada	Realizada	Saldo
Despesas Correntes	2.796.716,60	2.745.807,24	50.909,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	2.995.283,40	0,00	2.995.283,40
Total	5.792.000,00	2.745.807,24	3.046.192,76

A despesa fixada resulta da soma da dotação inicial (R\$ 5.776.000,00) aprovada na lei orçamentária para 2018, mais os créditos adicionais abertos durante o exercício por conta de recursos oriundos do excesso de arrecadação em fontes de recursos e superávit financeiro em fontes de recursos apurado no balanço do exercício de 2017.

Como se pode observar, a meta de despesa para o exercício de 2018 foi alcançada, ficando abaixo da despesa fixada na Lei Orçamentária para 2018 e em créditos adicional, proporcionando uma economia orçamentária de R\$ 3.046.192,76.

Essa economia orçamentária decorre, basicamente, do propósito de capitalização de recursos para bancar, no futuro, as despesas com os proventos de aposentadoria e pensão.

2.1.3. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada no exercício, conforme abaixo:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	5.564.669,12	202,66
Despesa Realizada	2.745.807,24	100,00
Superávit Orçamentário	2.818.861,88	102,66





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Como se vê, o resultado orçamentário é apurado no balanço orçamentário pela equação: receita orçamentária (-) menos despesa orçamentária, não considerando aqui as transferências financeiras recebidas da Unidade Gestora: Prefeitura, no valor de R\$ 399.020,05, destinadas ao pagamento das despesas com proventos de aposentadoria e pensão a cargo do tesouro municipal.

Dessa forma, por não considerar nessa equação as transferências financeiras recebidas da Unidade Gestora: Prefeitura, o resultado orçamentário do exercício acaba sendo menor.

Assim, se for considerado na equação as transferências financeiras, o resultado passa a ser o seguinte:

Especificação	Valor	%
Transferências Financeiras Recebidas (Líquido)	399.020,05	14,53
Receita Arrecadada	5.564.669,12	202,66
	5.963.689,17	
Despesa Realizada	2.745.807,24	100,00
Superávit	3.217.881,93	117,19

Ou seja, dos R\$ 5.963.689,17 que ingressaram no caixa, a Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores dispendeu R\$ 2.745.807,24, restando R\$ 3.217.881,93 para capitalização de recursos destinados a sustentar no futuro os proventos de aposentadoria e pensão.

2.1.4. Execução dos Restos a Pagar no Exercício

Restos a pagar são despesas regularmente empenhadas, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

O quadro abaixo mostra de forma resumida, a execução em 2018 dos restos a pagar vindos do exercício de 2017:

Categoria Econômica	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f=a-c-e)
Despesas Correntes	1.760,00	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.760,00	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Como se pode observar, a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores em 2018 liquidou, mas não pagou o valor de R\$ 1.760,00 inscrito em restos a pagar.

2.1.5. QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1) Quociente da Execução da Receita:

<u>Receita Arrecadada = 5.564.669,12 = 1,0442</u>

Receita Prevista = 5.329.000,00

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada	5.564.669,12	104,42
Receita Prevista	5.329.000,00	100,00
Superávit	235.669,12	4,42

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de receita prevista foi arrecadado 1,0442, proporcionando um superávit de arrecadação de 0,0442.

2) Quociente da Execução da Despesa:

<u>Despesa Realizada = 2.745.807,24 = 0,4740</u>

Despesa Fixada = 5.792.000,00

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Despesa Realizada	2.745.807,24	47,40
Despesa Fixada	5.792.000,00	100,00
Economia Orçamentária	3.046.192,76	52,60

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa fixada foi realizado apenas 0,4740 proporcionando uma economia orçamentária de 0,1880.

3) Quociente do Resultado Orçamentário:

Receita Arrecadada = 5.564.669,12 = 2,0266

Despesa Realizada = 2.745.807,24

Esse quociente exprime a seguinte relação:





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Especificação	Valor	%
Receita Arrecadada (*)	5.564.669,12	202,66
Despesa Realizada	2.745.807,24	100,00
Superávit Orçamentário	2.818.861,88	102,66

^(*) Na receita constante do Balanço Orçamentário não consta o valor das transferências financeiras líquidas recebidas da Unidade Gestora Prefeitura no valor de R\$ 399.020,05, evidenciado no item 2.2.2 abaixo.

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa realizada foi arrecadado 2,0266 de receita, evidenciando um déficit de execução orçamentária de 1,0266.

2.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários e as transferências financeiras concedidas e recebidas, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

2.2.1. Fontes/Destinação de Recursos

As receitas e as despesas orçamentárias devem ser classificadas por fontes/destinações com o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos.

Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário.

Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas.

Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Assim, o mesmo código utilizado para controle das destinações da receita orçamentária também é utilizado na despesa, para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

Desta forma, este mecanismo contribui para o atendimento do parágrafo único do art. 8º da LRF e o art. 50, inciso I da mesma Lei:

Art. 8º [...]

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso."





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

 I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

Nesse sentido, a classificação por fonte/destinação de recursos identifica se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, pode indicar a sua finalidade.

A destinação pode ser classificada em:

- a) Destinação Vinculada: é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;
 - **b) Destinação Ordinária**: é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Quanto à destinação dos recursos arrecadados em 2018 na Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores o Balanço Financeiro evidencia:

Arrecadação	Receita	Despesa	Resultado Orçamentário
Recursos Ordinários	0,00	399.020,05	-399.020,05
Recursos Vinculados	5.564.669,12	2.346.787,19	3.217.881,93
TOTAL	5.564.669,12	2.745.807,24	2.818.861,88

^(*) Na receita orçamentária não é considerado o valor das transferências financeiras recebidas da Unidade Gestora Prefeitura no valor de R\$ 399.020,05, evidenciado no item 2.2.2 abaixo.

2.2.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, conforme abaixo demonstrado.

Transferência Financeira Recebida	Valor	Transferência Financeira Concedida	Valor
Da Prefeitura	399.020,05	Á Prefeitura	0,00
		Transferência Líquida Recebida	399.020,05
TOTAL	399.020,05	TOTAL	399.020,05

Portanto, no exercício de 2018, a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores recebeu da Unidade Gestora Prefeitura R\$ 399.020,05 de transferências financeiras destinadas a financiar as despesas com inativos e





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

pensionistas a cargo do tesouro municipal, despesas estas não consideradas no cálculo atuarial.

2.2.3. Retenções Tributárias

As retenções tributárias realizadas nos créditos dos fornecedores, tais como Imposto sobre Serviços – ISS e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, são consideradas como pagas apenas no momento da saída dos recursos financeiros a quem de direito, razão pela qual fica dispensado o ajuste no saldo em espécie para o exercício seguinte.

2.2.4. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Os recebimentos extraorçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento, que pertencem a terceiros, tais como: fianças, cauções, inscrição de restos a pagar, descontos em folhas de INSS, IRRF, pensão, empréstimos consignados. No exercício de 2018 ingressou R\$ 142.626,84 a título dessas contas.

Os pagamentos extraorçamentários compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como: devolução a quem de direito, as fianças, cauções, pensões, empréstimos consignados, INSS, IRRF e pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores. No exercício de 2018 foi dispendido R\$ 142.626,84 a título dessas contas, restando um saldo a pagar a quem de direito em 2019, de R\$ 0,00. Este valor em espécie deve estar depositado em contas bancárias (Ativo Financeiro) e registrado também no Passivo Financeiro.

2.2.5. Restos a Pagar

No exercício de 2018 a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores pagou todas as despesas empenhadas, não restando, portanto, valores a serem inscritos em restos a pagar.

O quadro abaixo mostra a execução dos Restos a Pagar no exercício de

2018:

	Inscritos em	Inscritos no	_		Saldo (f=a+b-c-d)	
Especificação	Exercícios Anteriores (a)	Exercício Vigente (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Processado	Não Processado
Restos a Pagar	1.760,00	0,00	0,00	0,00	1.760,00	0,00
SALDO DE RESTOS A PAGAR				1.76	0,00	

2.2.6. Saldos em Espécie

O Balanço Financeiro evidencia o saldo em espécie vindo do exercício de 2017 e o saldo em espécie que passa para o exercício de 2019.





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

O confronto entre os dois indica o resultado financeiro do exercício, que não deve ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial no confronto entre o Ativo e o Passivo Financeiro.

Componente	Valor
(+) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	20.701.480,52
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	17.483.598,59
(=) Resultado Financeiro do Exercício	3.217.881,93

2.2.7. Quocientes do Balanço Financeiro

1) Quociente da Execução Extraorçamentária:

Receita extraorçamentária = 142.626,84 = 1,0000

Despesa extraorçamentária = 142.626,84

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Extraorçamentária Arrecadada	142.626,,84	100,00
Despesa Extraorçamentária Realizada	142.626,84	100,00
Resultado Equilibrado	0,00	0,00

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de despesa extraorçamentária foi recebido 1,0000 de receita extraorçamentária proporcionando equilíbrio de recursos extraorçamentários no exercício.

2) Quociente do Resultado da Execução Financeira

<u>Receita Total Arrecadada</u> = <u>5.707.295,96</u> = 1,9759 Despesa Total Realizada = <u>2.888.434,08</u>

OBS. Não considerado aqui as receitas líquidas com as transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 399.020,05.

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Receita Total Arrecadada	5.707.295,96	197,59
Despesa Total Realizada	2.888.434,08	100,00
Superávit	2.818.861,88	97,59

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

cada 1,00 de despesa total foi arrecadado 1,9759 proporcionando um superávit na execução financeira de 0,9759.

3) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

<u>Saldo para o Exercício Seguinte</u> = <u>20.701.480,52</u> = 1,1840 Saldo do Exercício Anterior = 17.483.598,59

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Saldo para o Exercício Seguinte	20.701.480,52	118,40
Saldo do Exercício Anterior	17.483.598,59	100,00
Superávit	3.217.881,93	18,40

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de saldo do exercício anterior está passando 1,1840 para o exercício seguinte proporcionando um superávit no exercício de 0,1840.

2.3. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Ativo Circulante - Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Passivo Circulante – Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

A seguir serão demonstrados os saldos dos grupos contábeis no Balanço Patrimonial.





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

2.3.1. Ativo Circulante

Componente	Valor
Ativo Financeiro	20.701.480,52
Ativo Permanente	1.200,00
TOTAL	20.702.680,52

2.3.1.1 Ativo Financeiro

a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades de caixa da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores são compostas por valores registrados em caixa, conta corrente bancária e em aplicações financeiras de baixo risco.

Os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras são mensurados pelo valor original, não havendo necessidade de tradução de moeda estrangeira pela ausência de transações em outras moedas e foram conciliados com os extratos bancários.

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço da Unidade Gestora Instituto de Previdência apresenta a seguinte distribuição:

Componente	Valor
Caixa	0,00
Bancos	431.601,44
Aplicações Financeiras	20.269.879,08
TOTAL	20.701.480,52

2.3.1.2. Ativo Permanente

a) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber oriundo das receitas lançadas no exercício de 2018 sob o enfoque patrimonial. Os saldos registrados nesse grupo de ativo circulante compreendem os valores a receber por créditos tributários, fornecimento de bens, serviços, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos com previsão de realização em até doze meses da data das demonstrações contábeis, conforme demonstração abaixo:

Máscara	Conta	Saldo
1.1.2.0.0.00	Créditos à Curto Prazo	
1.1.2.1.1.00	- Créditos Tributários a Receber	0,00
1.1.3.0.0.00	Demais Créditos e Valores à Curto Prazo	





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

1.1.3.1.1.00	- Adiantamentos	0,00
1.1.3.4.1.00	- Créditos por Dano ao Patrimônio	0,00
1.1.3.8.1.00	- Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0,00
1.1.5.0.0.00	Estoques	
1.1.5.4.1.00	- Matérias Primas	0,00
1.1.5.8.1.00	- Outros Estoques	0,00
1.1.9.0.0.00	VPD Pagas Antecipadamente	
1.1.9.3.1.00	- Assinaturas e Anuidades a Apropriar	1.200,00
	TOTAL	1.200,00

a) Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreendem os valores registrados como prêmios de seguro, assinaturas de revistas e jornais pagas antecipadamente a apropriar.

2.3.2. Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

a) Ativo Realizável a Longo Prazo

Neste grupo de conta se registra os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo. Destacam-se aqui os créditos da fazenda pública inscrito em dívida ativa, resultante das receitas lançadas ao longo dos anos e não pagas pelos contribuintes, segregada por créditos tributários e não tributários.

Para que os créditos considerados de difícil cobrança supervalorizem o resultado patrimonial, a Portaria STN nº 564/2004 – Manual da Dívida Ativa orienta e apresenta metodologia de cálculo da provisão para perdas para registro contábil em conta redutora.

Conta	Componente	Valor
1.2.1.1.1.00	Créditos à Longo Prazo	
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa Tributária	0,00
1.2.1.1.1.99	(-) Ajuste de Perdas de Dívida Ativa	0,00
1.2.1.2.1.00	Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	
1.2.1.2.1.05	- Crédito por Danos ao Patrimônio	0,00
1.2.1.2.1.98	- Crédito por Empréstimos para a Casa Própria	0,00
	TOTAL	0,00





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

b) Imobilizado

O patrimônio imobilizado é constituído pelos Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens Imóveis em Andamento e apresenta um saldo líquido de R\$ 4.210.333,87, depois de excluído as provisões para depreciação.

Os **Bens Móveis** foram objeto de inventário em dezembro de 2014, reavaliados pelo valor justo, definição da vida útil e do valor residual para execução do processo de registro contábil da depreciação, trabalho este desenvolvido pela comissão de patrimônio que foi constituída.

Valor Justo - É o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Vida Útil – É o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo, ou número de unidade de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

Depreciação - É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Valor Residual - O valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, caso o ativo já tivesse a idade, a condição esperada e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil. O cálculo do valor residual é feito por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação. Assim, o valor residual seria o valor de mercado depois de efetuada toda a depreciação. O valor residual é determinado para que a depreciação não seja incidente em cem por cento do valor do bem, e desta forma não sejam registradas variações patrimoniais diminutivas além das realmente incorridas.

De acordo com os registros contábeis e o sistema de controle do patrimônio, **os bens móveis** da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores estão assim distribuídos:

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.00	Bens Móveis	
1.2.3.1.1.01	- Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.819,00
1.2.3.1.1.02	- Bens de Informáticas	2.954,00
1.2.3.1.1.03	- Móveis e Utensílios	3.487,00
1.2.3.1.1.04	- Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	0,00
1.2.3.1.1.05	- Veículos	0,00
1.2.3.8.1.01	- (-) Depreciação Acumulada – Bens Móveis	0,00
	TOTAL	11.260,00





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Não foi identificado divergência de valores entre os registros contábeis e o sistema de controle patrimonial, conforme conferência e ajustes realizados em 31/12/2018.

Os **Bens Imóveis** foram objeto de inventário em dezembro de 2014, reavaliados pelo valor justo, definição da vida útil e do valor residual para execução do processo de registro contábil da depreciação nos casos em que couber, trabalho este desenvolvido pela comissão de patrimônio que foi constituída.

De acordo com os registros contábeis e o sistema de controle do patrimônio, os bens imóveis do Município estão assim distribuídos:

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.2.1.00	Bens Imóveis	
1.2.3.2.1.01	- Bens de Uso Especial	0,00
1.2.3.2.1.04	- Bens Dominicais	0,00
1.2.3.2.1.05	- Bens de Uso comum do Povo	0,00
1.2.3.2.1.99	- Bens Imóveis em Andamento	0,00
1.2.3.8.1.02	- (-) Depreciação Acumulada – Bens Imóveis	0,00
	TOTAL	0,00

Os **Bens de Uso Especial** compreendem os bens, tais como Edifícios ou Terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração Municipal, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, dentre outros.

Os **Bens de Uso Comum do Povo** podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público, tais como ruas, praças, pontes, viadutos, dentre outros.

Os **Bens Imóveis em Andamento** compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.

2.3.3. Passivo Circulante

O passivo circulante corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

2.3.3.1. Financeiro

O Balanço Patrimonial registra nesse grupo obrigações financeiras de curto prazo no valor de R\$ 2.019,89, assim distribuído:





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Máscara	Conta	Saldo
2.1.1.0.0	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	
2.1.1.1.1	- Pessoal a Pagar	0,00
2.1.1.2.1	- Benefícios Previdenciários a Pagar	1.760,00
2.1.1.4.2	- Encargos Sociais a Pagar ao Regime Próprio de Prev.	0,00
2.1.4.0.0	Obrigações Fiscais à Curto Prazo	
2.1.4.2.4	- Obrigações Fiscais à Curto Prazo com o Estado	0,00
2.1.8.0.0	Demais Obrigações à Curto Prazo	
2.1.8.8.1	- Valores Restituíveis a quem de Direito	259,89
6.2.2.0.0	Execução da Despesa	
6.2.2.1.3	- Despesa Empenhada a Liquidar	0,00
6.3.1.0.0	Execução de Restos a Pagar não Processados	
6.3.1.1.0	- Restos a Pagar não Processados	0,00
	TOTAL	2.019,89

a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.

Compreende as obrigações com pessoal inscritos em restos a pagar processados e despesas com encargos previdenciários empenhados, liquidados e não pagos no exercício de 2018 e que serão inscritos em restos a pagar processados.

b) Obrigações Fiscais à Curto Prazo

Compreende despesas com obrigações patronais devidas ao INSS, empenhadas e não pagas no exercício de 2018 e que serão inscritas em restos a pagar processados.

c) Demais obrigações á Curto Prazo

Compreende as obrigações com terceiros, objeto de retenção nos pagamentos efetuados, tais como: INSS, empréstimos consignados, IRRF.

d) Crédito Empenhado a Liquidar

Compreende as obrigações com despesas empenhadas em 2018, pendentes de liquidação e que passarão para o exercício de 2019 como restos a pagar não processados.

e) Restos a Pagar não Processados a Liquidar

Compreende as obrigações inscritas em restos a pagar em exercícios anteriores e ainda pendentes de liquidação.

2.3.3.2. Permanente





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

O Balanço Patrimonial registra nesse grupo obrigações de curto prazo com atributo permanente, no valor de R\$ 0,00, assim distribuído:

Máscara	Conta	Saldo
2.1.1.0.0	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	
2.1.1.1.1	- Pessoal a Pagar (Provisões para Férias)	0,00
	TOTAL	0,00

a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar à Curto Prazo

Compreende obrigações de curto prazo com os servidores municipais relacionadas à provisão para férias. As provisões para férias deverão em 2019 ser objeto de apuração do real passivo e configuração do sistema folha/contabilidade para apropriação e baixa mensal, conforme forem gozadas.

2.3.4. Passivo não Circulante

O Balanço Patrimonial registra nesse grupo obrigações de longo prazo, ou seja, a partir dos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, no valor de R\$ 17.134.476,83, assim distribuído:

Máscara	Conta	Saldo
2.2.2.0.0	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	
2.2.2.1.4	- Empréstimos a Longo Prazo Inter - Cohab	0,00
2.2.3.0.0	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	
2.2.3.1.1	- Precatórios de Fornecedores Nacionais	0,00
2.2.7.0.0	Provisões a Longo Prazo	
2.2.7.2.1	- Provisões Matemáticas Previdenciárias - RPPS	17.134.476,83
	TOTAL	17.134.476,83

a) Provisões a Longo Prazo

Este valor de R\$ 17.134.476,83 representa o déficit atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Nova Trento apurado no último cálculo atuarial realizado, ou seja, é o valor que o tesouro municipal deverá aportar ao longo dos próximos 350 meses, com base no parcelamento realizado, para equilibrar o sistema.

2.3.5. Patrimônio Líquido





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Também chamado de Saldo Patrimonial, representa o valor residual dos ativos da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores depois de deduzidos todos os seus passivos e estão assim representados no próprio balanço patrimonial:

Máscara	Conta	Saldo
2.3.1.1.1.00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00
2.3.7.1.1.02	Resultado Acumulado de Exercícios Anteriores	298.165,60
2.3.7.1.1.01	Resultado Patrimonial do Exercício de 2018 (*)	3.217.321,93
	TOTAL	3.515.487,53

^(*) Conforme apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais do Exercício de 2018.

2.3.6. QUOCIENTES SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

4) Quociente do Resultado Financeiro

 $\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Princeiro}} = \frac{20.701.480,52}{20.210.22} = 10.248,2574$

Passivo Financeiro = 2.019,89

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Financeiro	20.701.480,52	1.024.825,74
Passivo Financeiro	2.019,89	100,00
Superávit Financeiro	20.699.460,63	1.024.725,74

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de dívida de curto prazo a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores tem em caixa 10.248,2574 evidenciando um superávit de 10.247,2574.

5) Quociente da Situação Permanente:

 $\underline{\text{Ativo Permanente}} = \underline{12.460,00} = 0,0007$

Passivo Permanente 17.196.433,10

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Ativo Permanente	12.460,00	0,07
Passivo Permanente	17.196.433,10	100,00
Déficit	17.183.973,10	99,93





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de compromisso de longo prazo a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores dispõe de um patrimônio de 0,0007 proporcionando um déficit no patrimônio permanente de 0,9993.

6) Quociente do Resultado Patrimonial:

Soma do Ativo = **20.713.940,52** = **1,2044**

Soma do Passivo = 17.198.452.99

Esse quociente exprime a seguinte relação:

Especificação	Valor	%
Soma do Ativo	20.713.940,52	120,44
Soma do Passivo	17.198.452,99	100,00
Superávit	3.515.487,53	20,44

A interpretação desse quociente pode ser feita da seguinte forma: para cada 1,00 de Passivo, existem 1,2044 de Ativo, evidenciando um Superávit de resultado patrimonial de 0,2044.

7) Avaliação da Evolução do Ativo Real Líquido

O Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2018 deve ser igual ao Ativo Real Líquido constante do Balanço Patrimonial do exercício de 2017, mais o Resultado Patrimonial do exercício de 2018, constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

Componentes	Valor
(+) Ativo Real Líquido do exercício de 2017	298.165,60
(+) Resultado Patrimonial do exercício de 2018	3.217.321,93
(=) Ativo Real Líquido do exercício de 2018	3.515.487,53

8) Avaliação da Variação do Resultado Financeiro

A variação do resultado financeiro do exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017, menos (-) o cancelamento de restos a pagar, deve ser igual (=) ao resultado orçamentário do exercício de 2018, conforme abaixo:

(+) Resultado Financeiro de 2018	20.699.460,63
(-) Resultado Financeiro de 2017	17.481.578,70





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

(=) Variação do Resultado Financeiro de 2018 em Relação a 2017	3.217.881,93
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	0,00
(=) Resultado Orçamentário	3.217.881,93
(-) Resultado Orçamentário Efetivo	3.217.881,93
(=) Diferença (*)	0,00
(+) Resultado Orçamentário – Balanço Orçamentário	2.818.861,88
(+) Transferências Financeiras Recebidas	399.020,05
(=) Resultado Orçamentário Efetivo	3.217.881,93

9) Avaliação do Resultado Financeiro do Exercício

De acordo com o disposto no artigo 48, alínea "b" da Lei (federal) n° 4320/64, c/c o artigo 1°, §1°, 8° e 50, inciso I da Lei Complementar n° 101/2000, a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores deve obediência ao princípio do equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos.

Desse modo, analisando o resultado financeiro em cada uma das fontes de recursos controladas contabilmente no Grupo 8 "Controles", conforme orientações constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores encerrou o exercício de 2018 com equilíbrio de caixa em todas as fontes de recursos, conforme Balancete de Verificação do Grupo 8:

2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio da Unidade Gestora Instituto de Previdência dos Servidores, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

O quadro abaixo mostra de forma resumida as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e a representação de cada conta em relação ao total:

Máscara	Descrição das Contas de VPA	Valor	%
4.2.1	Contribuições Sociais	3.355.616,53	56,26
4.4.5	Receita com a Remuneração de Depósitos Bancários	1.574.895,04	26,41
4.5.1	Receitas de Transferências Intragovernamentais	399.020,05	6,69
4.5.2	Receitas de Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
4.6.1	Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
4.6.3	Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
4.6.4	Ganhos com Desincorporação de Passivos	0,00	0,00





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

	SOMA DAS VPA (1)	5.963.689,17	100,00
4.9.9	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	634.157,55	10,64
4.6.5	Reversão de Redução a Valor Recuperável	0,00	0,00

O quadro abaixo mostra de forma resumida as Variações Patrimoniais Diminutivas e a representação de cada conta em relação ao total:

Máscara	Descrição das Contas de VPD	Valor	%
3.1.1	Remuneração de Pessoal	49.679,15	1,81
3.1.2	Encargos Patronais	0,00	0,00
3.1.9	Outras VPD – Pessoal e Encargos	0,00	0,00
3.2.1	Aposentadorias e Reformas	2.144.047,42	78,07
3.2.2	Pensões	390.015,82	14,20
3.2.9	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
3.3.1	Uso de Material de Consumo	0,00	0,00
3.3.2	Serviços	87.116,97	3,17
3.4.1	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
3.4.2	Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
3.5.1	Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
3.5.2	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
3.5.3	Transferências a Instituições Privadas	54.016,60	1,97
3.6.1	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste	0,00	0,00
3.6.4	Incorporação de Passivos	0,00	0,00
3.7.2	Contribuições	21.491,28	0,78
3.9.9	Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
	SOMA DAS VPD (2)	2.746.367,24	100,00
	RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (3=1-2)	3.217.321,93	

Demonstração da evolução do Resultado Patrimonial do Exercício

Componente	2017	2018	% Variação
Resultado Patrimonial do Exercício	3.031.070,14	3.217.321,93	6,14

Nas notas explicativas para próximo exercício, será possível fazer uma análise horizontal em comparação com o exercício anterior e identificar as causas de eventual oscilação do resultado patrimonial do exercício.

São estas as notas explicativas do Balanço da Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores do exercício de 2018 do Município de Nova Trento que julgamos relevantes para uma maior compreensão dos usuários da contabilidade, divulgação dos acontecimentos e melhor entendimento da organização.





CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Gian Francesco Voltolini PREFEITO MUNICIPAL Aderico Edílio Dalri CONTADOR CRC/SC 015336/0-3

Moisés Cipriani DIRETOR DO INSTITUTO